

A violência entre o capitalismo de vigilância e a guerra híbrida. Uma reflexão teológica sobre a conflitualidade no cotidiano brasileiro

Violence between surveillance capitalism and hybrid warfare. A theological reflection on conflict in Brazilian daily life

André Luiz Boccato de Almeida¹

RESUMO

O artigo analisa a violência no contexto do fenômeno do capitalismo e vigilância e a guerra híbrida, articulando, a partir de uma reflexão, com a teologia e a sua abordagem sobre a conflitualidade no cotidiano brasileiro. Enseja-se abordá-la em conexão com esta geopolítica de uma fase mais avançada do capitalismo e a ideia de guerra híbrida que, no fundo, é uma forma de controle sobre as consciências e as subjetividades humanas. Dela, abordaremos a relevância do tema da violência no cotidiano das pessoas, em diálogo com o modo teológico de partir da experiência como referência de reflexão. Para isso, a análise se dará em três momentos: a) apresentar as ideias gerais sobre o capitalismo de vigilância; b) abordar o Brasil no contexto do espectro da guerra híbrida; e c) propor uma reflexão teológico-moral sobre o conflito e a violência simbólica presentes na experiência da consciência dos cristãos. A metodologia é a da análise fenomenológica e interpretativa dos autores indicados e de problematização das obras e referências gerais.

Palavras-Chave: Violência; Capitalismo; Vigilância; Guerra híbrida; Teologia moral.

ABSTRACT

This article analyzes violence in the context of the phenomenon of capitalism and surveillance and hybrid warfare, articulating, based on a reflection, with theology and its approach to conflict in Brazilian daily life. It is intended to approach it in connection with these geopolitics of a more advanced phase of capitalism and the idea of hybrid warfare, which is ultimately a form of control over human consciences and subjectivities. From this, we will address the relevance of the theme of violence in people's daily lives, in dialogue with the theological way of starting from experience as a reference for reflection. To this end, the analysis will be carried out in three moments: a) presenting general ideas about surveillance capitalism; b) addressing Brazil in the context of the spectrum of hybrid warfare; and c) proposing a theological-moral reflection on conflict and symbolic violence present in the experience of the conscience of Christians. The methodology is that of phenomenological and interpretative analysis of the indicated authors and problematization of works and general references.

Keywords: Violence; Capitalism; Surveillance; Hybrid warfare; Moral theology.

¹ Doutor em teologia moral (Pontifícia Universidade Lateranense - Academia Afonsiana (2016). E-mail: a.l.boccato@gmail.com

Introdução

O presente artigo pretende refletir acerca da violência e linguagem moral, a partir da ideia de capitalismo de vigilância e de uma guerra híbrida e suas consequências no contexto polarizado e simbolicamente constituído da sociedade brasileira. Esta reflexão é teológica à medida que explicita linguagens religiosas e do sentido religioso presente neste horizonte humano. Para isto, o caminho desta abordagem será o de analisar duas obras de dois autores que explicitam e manifestam a gênese mais abrangente desta violência presente no *ethos* mais global e no contexto brasileiro.

A primeira referência é o pensamento da geógrafa norte-americana em seu livro *“Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder”* (2021), de Shoshana Zuboff. A outra referência é proveniente do antropólogo brasileiro Piero C. Leirner, cuja obra é *“O Brasil no espectro de uma guerra híbrida. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica”* (2020). Ambos os textos tratam da questão da violência e da conflitualidade no atual cenário de mundo, um analisando o fenômeno de modo macro, e, o outro, a partir do contexto brasileiro.

A reflexão, portanto, se pautará por uma construção que tem na base alguns elementos de Zuboff e por algumas ideias de Leirner. A violência é uma realidade humana que acompanha a história desde os inícios da civilização humana. Como o conflito é uma condição inerente ao ser humano, a violência pode ser compreendida em sua “gramática” própria na complexa teia de relações conscientes ou não e do envolvimento humano. No tocante ao universo tecnológico, as várias camadas de violência encontram eco na vida das pessoas e de suas expressões culturais. Hoje, o tema da violência assumiu um âmbito tecnológico, próprio da fase capitalista (de vigilância) para uma guerra híbrida sutil, naturalizada e até subjetivada nos corpos dos sujeitos.

Pretende-se estabelecer um diálogo entre os dois autores, com suas respectivas teses de suas obras, tentando lançar luzes sobre a questão do fenômeno religioso mediante estas constatações que ambos fazem. Buscar-se-á, posteriormente, estabelecer uma articulação com a teologia moral, num contexto interdisciplinar, buscando compreender e justificar as várias formas de linguagem presentes nas relações, encontrar à luz no evento Cristo e propor mecanismos de convivência que explicitem a dignidade da pessoa humana no contexto da Revelação. Urge, diante deste cenário complexo, repensar uma ética da tolerância em tempos de intolerância. Metodologicamente, refletir sobre este tema supõe uma abordagem que considere o impacto do capitalismo de vigilância, com a guerra híbrida, no contexto do fenômeno religioso. Assim, será analisada a sua influência do ponto de vista moral na mudança de comportamentos e do agir. Por fim, buscará na reflexão teológica uma gramática de esperança possível e viável para lidar com o tema da violência.

1. O capitalismo de vigilância e o seu significado

Sabe-se que o tema da violência é de complexa análise, dada a vastidão de elementos que necessitariam para melhor interpelá-la. No atual contexto contemporâneo, a violência atinge todos os setores da sociedade, sendo um fenômeno multideterminado. A violência foi definida pela OMS como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem

grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações ou privações” (OMS, 2024).

A sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes sociais, ou seja, há uma minoria privilegiada e uma maioria explorada e oprimida que apenas mantém essa situação por meio do uso permanente da violência (Netto & Braz, 2006; Lessa, 2014). A violência estrutural não se reduz a uma inadequada distribuição dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas das maiorias; a violência estrutural supõe, além disso, o ordenamento dessa desigualdade opressiva, por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e estabelece uma força coercitiva para que eles sejam respeitados. O sistema fecha, assim, o ciclo de violência justificando e protegendo as estruturas que privilegiam a minoria à custa da maioria (Martins; Junior, 2018). O capitalismo de vigilância coloca-se neste contexto de imposição econômica geradora de conflitos e de violência, o que impacta nos comportamentos e no agir humano.

A ideia de capitalismo de vigilância foi apresentada por Shoshana Zuboff em 2015. Em seu artigo, a autora aponta que essa nova ordem econômica utiliza experiências humanas como matéria-prima para fins comerciais, em um processo de desapropriação dos direitos humanos básicos, servindo como uma ameaça direta à democracia. Este capitalismo não se dá apenas pelo uso de máquinas, mas em relações de poder que se estabelecem nas instituições que produzem os objetos técnicos (Zuboff, 2015).

O desdobramento da ideia de “*Capitalismo de vigilância*”, será mais aprofundado nesta obra (2021) que é: uma mutação do capitalismo ou economia da informação que nos coloca diante de um desafio civilizacional que afeta a nossa liberdade e decisões. As *Big Techs* usam tecnologias da informação e comunicação para expropriar a experiência humana, que se torna matéria-prima processada e mercantilizada como dados comportamentais. O usuário cede gratuitamente as suas informações ao concordar com termos de uso, utilizar serviços gratuitos ou, simplesmente, circular em espaços onde as máquinas estão presentes (Zuboff, 2021, p. 11).

A estrutura da obra de Zuboff está marcada por uma compreensão sobre as mutações do capitalismo, o qual constrói na contemporaneidade novos direcionamentos do capital em um mundo que se encaminha para um futuro demarcado por relações sociotécnicas em ambientes digitais, cujas consequências afetam as relações no próprio mundo digital, na moralidade humana e até na experiência religiosa das pessoas. Os argumentos construídos por Zuboff se pautam no pensamento de autores como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber quanto ao debate a respeito da formação do capitalismo na sociedade. Ela se reporta também a pensadores como Hannah Arendt, Theodor Adorno, Karl Polanyi, Jean-Paul Sartre e Stanley Milgram, na forma como estes autores forma determinantes para as discussões sobre os diversos tipos de assimetrias sociais existentes nas épocas em que eles viveram (Souza, 2023, p. 689).

Esta nova forma de rastreamento da subjetividade explicita a lenta transformação ocorrida no atual cenário cultural e tecnológico. As redes sociais e digitais tornaram-se a plataforma essencial para os novos sujeitos compartilharem suas ideias, comunidades e referências. Sabe-se que este mecanismo aproxima ideias e valores, contudo foi arquitetado com fins mercadológicos e econômicos. O capitalismo de vigilância captou esta nova tendência das novas gerações e, assim, propôs esta nova forma de rastrear os comportamentos.

A condição para a emergência do capitalismo de vigilância foi a expansão das tecnologias digitais da vida cotidiana, dado o sucesso do modelo de personalização dos produtos da Apple no início dos anos 2000. O neoliberalismo, sabemos todos, tem na sua base, maximizar as necessidades dos indivíduos, mas bloqueando suas possibilidades de supri-las, tornando-os vulneráveis às promessas e riscos do mundo digital (Koerner, 2024).

As autoridades políticas e os governos não controlaram a concentração das empresas e não limitaram as técnicas comportamentais nem criaram restrições legais para os termos de uso. Ao mesmo tempo que nos anos 2000 a internet “estourou” ou “bombou” em todo o mundo, em 2001, com os ataques terroristas do 11 de setembro, geraram uma necessidade de “vigilância” dos comportamentos. Para se prevenir contra novos ataques, as autoridades norte-americanas tornaram-se ávidas por programas de monitoramento dos usuários da internet, financiaram e se associaram às empresas de tecnologia. A Google passava a vender dados a empresas de outros setores, criando um mercado de comportamentos futuros (Almeida, 2021, p. 43).

Instaurou-se, assim, uma nova divisão do aprendizado entre os que controlam os meios de extração da mais-valia comportamental e os seus destinatários. Eis uma grande jogada e articulação entre o “estado, o governo e mundo onde todos navegamos o tempo todo” (Almeida, 2021, p. 52). Ao se generalizar na sociedade e se aprofundar na vida cotidiana, o capitalismo de vigilância, na concepção de Zuboff, capturou e desviou o efeito democratizador da Internet que abria a todos o acesso à informação.

O capitalismo de vigilância passou a elaborar instrumentos para modificar e conformar os nossos comportamentos. Constitui-se, assim, uma nova forma de controle e vigilância do agir das pessoas para obter dados reina entre nós. Todos nós, de um certo modo, somos “vítimas” ou “passivos interlocutores” deste dispositivo. A computação dos afetos, que já é instalada em crachás e veículos de empresas, traça o perfil de personalidade do usuário e captura em tempo real suas emoções reveladas pela voz, para atuar sobre seus processos pré-conscientes.

Segundo Arruda (2019) e Zuboff (2021), os sistemas algorítmicos contemporâneos de uso de massa (redes sociais, buscadores, sistemas de recomendação como Amazon, HBO Max e Netflix) capturam dados sobre as atividades e ações realizadas pelos usuários e essa captura serve a dois propósitos: a. identificação dos modos de uso do sistema, a fim de identificar formas de melhorá-lo; b. identificação dos modos de uso do sistema, a fim de identificar formas de influenciar o comportamento dos usuários (Júnior; Mira; Júnior; Martínez-Ávila, 2022, p. 184).

Tem-se conhecimento de que bonecas com *gadgets* monitoram e extraem dados das crianças enquanto brincam. O *Pokémon Go* foi uma experiência para levar as pessoas a agirem no mundo real como se estivessem no mundo virtual, provendo lucros reais para as empresas que o contrataram (Empoli, 2020, p. 75). Mais que falar num capitalismo de vigilância, fala-se em capitalismo informacional. Este representa a quarta fase do capitalismo e caracteriza-se como uma sociedade que pôde codificar o saber teórico, anteriormente concentrado na mão dos trabalhadores, de forma que as máquinas passam a ser capazes de não só o preservar, mas também o aplicar (Montoya, 2013).

Este mecanismo subjetivado nos corpos e consciências das pessoas — naturalizado nos mais vulneráveis — é similar à conhecida “violência do global que é a violência do igual, onde se aniquila a negatividade do outro, do singular, do incomparável, que prejudica a circulação de informação, comunicação e capital” (Han, 2022, p. 23). Esta aplana tudo no igual e erige um inferno do igual, produz uma contraforça destrutiva. No contexto brasileiro eleitoral de 2022, esta estratégia foi muito bem utilizada e articulada mediante uma dinâmica de sensibilização e espetáculo de um “terrorismo do medo”, onde se negava a pluralidade e se afirmava a ideologia do pensamento único.

Será que por detrás desta nova versão do capitalismo, o de “vigilância” e o de um “terrorismo da violência e do medo” não estaria adaptado o projeto de Skinner com os recursos mais avançados e promissores, com o intuito de esperar do ser humano uma máquina com respostas programadas? Os atuais utopistas do capitalismo de vigilância são dotados de conhecimento, recursos e poder para produzir máquinas que nos condicionam a criar relações harmônicas e pacíficas.

A tese central é que o capitalismo de vigilância configura um regime ou uma ordem econômica com muito poder governamental e estatal, contrariando a tese da civilização liberal que apregoa a total liberdade do indivíduo. No caso brasileiro, os setores mais conservadores, pelos dispositivos tecnológicos, iludem a grande maioria da população. Ainda herdamos camadas de escravidão, de violência de gênero e de exclusão das minorias que não encontram verdadeira cidadania participativa no tecido social. Há infindáveis judicializações dos direitos de minorias que os fazem se sentir estrangeiros em sua própria terra (Schwarcz, 2019, p. 173).

Não seria exagero dizer que o “capitalismo de vigilância” utiliza dos artifícios também do sistema religioso para cooptar as consciências! Não se pode deixar de dizer que está ainda em curso a instalação do poder instrumental de vigilância tecnológica que afetaria nossos sentimentos e formas de vida, por corroer a confiança nos outros, quebrar reciprocidades e esvaziar a nossa capacidade de criar compromissos e de construir perspectivas compartilhadas de futuro, eliminando nossa autonomia ou a sacralidade da nossa consciência (Almeida, 2021, p. 65).

Shoshana Zuboff em sua obra alerta contra os efeitos negativos e os riscos sociais postos pela generalização de algoritmos que usam Big Data e a inteligência artificial. Para ela, estamos mergulhados na passagem de uma economia de informação para uma era de vigilância silenciosa, onde estados e governos, renunciam à sua autoridade para permitir que a “nova religião”, capitaneada pelas empresas de tecnologia, promovam a nova fé informacional.

Por trás de uma cultura da vigilância encontra-se um Estado de vigilância. Se a sociedade de vigilância é um conceito que falava dos limites anteriores — departamentos governamentais, agências de política, locais de trabalho — para afetar diversos aspectos da vida cotidiana, no século XX, a vigilância se tornou um aspecto organizacional central das sociedades que desenvolveram infraestruturas de informação, nas quais a complexidade era gerenciada usando categorias (Lyon, 2018, p. 155). Este modelo de controle e vigilância, no contexto neoliberal, ao ultrapassar as fronteiras dos Estados, solapando suas respectivas soberanias, gera uma nova forma de comportamentos dominados pela moral capitalista, pelo consumo e pela lógica da concorrência. Esta vigilância, protagonizada pelo capitalismo em

sua fase neoliberal, incide em novas formas de agir mediadas pela rapidez informativa e tecnológica.

A tese de Zuboff acentua a face contraditória de uma modernidade que, pelo uso do capital transformado em conexão imediata e informação democrática, ilude os consumidores imediatistas de tecnologias rastreadoras das subjetividades. Pode-se dizer, dentro deste quadro analítico que também há outros sintomas de uma violência generalizada que se explicita na experiência moral das pessoas, tais como: a aproximação acelerada entre as pessoas tanto fisicamente como virtualmente; o crescimento do conhecimento de informações em larga escala e o aludido progresso tecnológico (Almeida, 2022, p. 86). Estes, num modelo econômico neoliberal, favorecem um maior espaço para que atitudes e visões de intolerância e violência se efetivassem na cultura brasileira.

Esta realidade de controle das consciências, dos corpos e da subjetividade humana dá muito o que pensar nos nossos tempos. Será que há de fato liberdade religiosa em meio a esta nova era de vigilância das subjetividades e dos corpos? Somos de fato livres em meio às vigilâncias operadas em nós sem nossa mínima consciência? Nosso “Estado” e “Governo” garantirão que nossa intimidade seja preservada contra os novos tentáculos tirânicos da vigilância do capital que visa lucrar à guisa de nossa total alienação?

Estas e outras possíveis questões precisariam ainda de aprofundamentos ulteriores para os teólogos moralistas. É neste horizonte que cabe a decodificação de todo tipo de manipulação moral, geradora de violência cotidiana, e, também, indicar um horizonte de superação mediante a profecia e a esperança. Eis a necessidade de desmistificar e aprofundar o “capitalismo de vigilância” e a “guerra híbrida” a ser abordada posteriormente a partir do pensamento do professor Leirner.

Pode-se dizer que o capitalismo de vigilância, de viés neoliberal, com sua tônica parasitária e autorreferente, indica que a humanidade se encontra numa nova forma de pertença e de comunidade. A religião, enquanto dimensão estruturante da esfera social, é monopolizada por grupos conservadores e fundamentalistas que apregoam uma moralidade rígida, de controle dos corpos, da sexualidade e da própria capacidade de decisão. As plataformas digitais, universo das novas interações e sociabilidade, captando resquícios de conteúdos e de identidades expostas, controlam, vigiam e sistematizam dados. A religião, sendo ainda uma esfera de controle, em chave capitalista, transforma esta vigilância em possibilidade de adequar seus membros, mediante a disseminação de visões conspiracionistas, discursos de medo e de ameaças contra a liberdade.

2. A guerra híbrida no contexto brasileiro: uma análise geral

A discussão sobre a existência da especificidade das guerras híbridas emerge no debate público no ano de 2014, na esteira dos eventos políticos na Ucrânia que levaram à queda do governo de Viktor Yanukovitch e à anexação da península da Crimeia pela Rússia. Antes disso, porém, o tema já era objeto de discussão em círculos acadêmicos e militares desde pelo menos o final dos anos 1980, sob nomes variados: guerra informacional, guerra em rede, guerra de quarta geração, dentre outros (Alves; Macedo; Roahny, 2022, p. 229).

Segundo Clausewitz (2010), a guerra é um mecanismo que se traduz em ações que tencionam fazer com que seu inimigo se submeta aos seus interesses. Em face da

historicidade da sociedade humana, podemos conceber que a guerra é um dos fatores que perpassa todas as formas de governo, de organização social e de modo de convivência (Antunes; Lima, 2022, p. 453).

No contexto brasileiro, é relevante a percepção analítica que Leirner (2020) possui sobre o fenômeno. Em sua obra *“O Brasil no espectro de uma guerra híbrida. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica”*, do Prof. Piero Leirner, o autor se refere à palavra “guerra”, não no sentido das clássicas guerras, com fogo e muito tiroteio, mas de uma guerra que visa sobretudo a captura e neutralização de mentes e consciências.

Por guerra híbrida se entende a avaliação estratégica de mobilização de recursos de poder diversos, numa escala gradativa de comprometimento estatal, visando assegurar a consecução de objetivos sensíveis da agenda externa. Esta homologia entre concepções nacionais geoestratégicas a princípio distintas é um importante sinalizador de que o fenômeno da guerra híbrida existe enquanto ferramenta de intervenção externa, disponível aos Estados que são capazes de assumir os riscos de uma gradual escala conflitiva em cenários de antagonismo (Alves; Macedo; Roahny, 2022, p. 243).

Para Fiori, a guerra híbrida é,

Uma sucessão de intervenções que transformou este tipo de guerra, na segunda década do século XXI, num fenômeno quase permanente, difuso, descontínuo, surpreendente e global. Trata-se de um tipo de guerra que não envolve necessariamente bombardeios, nem o uso explícito da força, porque seu objetivo principal é a destruição da vontade política do adversário através do colapso físico e moral do seu Estado, da sua sociedade e de qualquer grupo humano que se queira destruir. Um tipo de guerra na qual se usa a informação mais que a força, o cerco e as sanções mais do que o ataque direto, a desmobilização mais do que as armas, a desmoralização mais do que a tortura. Por sua própria natureza e seus instrumentos de ‘combate’, trata-se de uma ‘guerra ilimitada’, no seu escopo, no seu tempo de preparação e na sua duração. Uma espécie de guerra infinitamente elástica que dura até o colapso total do inimigo, ou então se transforma numa beligerância contínua e paralisante das forças ‘adversárias’ (Fiori, 2018, p. 402-403).

Leirner defende a tese segundo a qual estamos em meio a um novo tipo de bombardeio, onde as “bombas” são antes de tudo informacionais e visam causar dissonâncias cognitivas e induzir as pessoas a vieses comportamentais, isto é, percepção, decisão e ação passam a trabalhar a favor de quem ataca. Seu objetivo último é de “dominação do espectro total” das consciências e dos comportamentos. Todos estamos imersos nesta guerra, uns mais conscientes e outros menos (Leirner, 2020, p. 11-15).

Nesta guerra, diferente do passado bélico, em que se separava o motivo da guerra, da política, do estado e dos que guerreiam, nesta “guerra híbrida” em curso nos porões da história e da realidade, todos passam a ser, voluntária ou involuntariamente, combatentes (Leirner, 2020, p. 19). A veiculação em massa de mensagens falsas, imagens desmoralizando figuras que defendem uma pauta em detrimento de outra, os famosos *tios do whatsapp* disseminando toda uma série de notícias sem constatação prévia, é propriamente apenas a ponta do iceberg de um método, “laboratorial”, em que o Brasil foi experimento. Quem não

se torna sujeito e objeto emocional, na esteira pública e política, diante de fatos que tocam nossas emoções? Eis a guerra híbrida subjetivada em nossos corpos e subjetivadas!

A guerra híbrida é uma estratégia militar que mescla táticas de guerra política, guerra convencional, guerra irregular, e ciberguerra com outros métodos de influência, tais como desinformação, diplomacia, lawfare e intervenção eleitoral externa. Ao combinar operações de campo com esforços subversivos, o agressor pretende evitar responsabilização ou retaliação. Ao mesmo tempo que ninguém é culpado, todos são e somos culpados. Durante a gestão do então governo Bolsonaro esta tática de uma “guerra híbrida”, se tornou uma prática constante e cotidiana na linguagem da convivência social, mediante a veiculação de mensagens em massa que foram disseminadas em toda o território brasileiro, despertando certo “identitarismo religioso fundamentalista” (Almeida; Silva; Souza, 2023, p. 210).

O termo “guerra híbrida” pode ser utilizado para descrever a dinâmica complexa e flexível do espaço de batalha, demandando uma resposta altamente adaptável e resiliente por parte de muitos. É um fenômeno protagonizado pelo próprio Estado, já que este induz ao caos que ele mesmo deveria combater pela ideia de justiça (Leirner, 2020, p. 113). A geração do caos é parte da estratégia daqueles que deveriam promover a paz e a concórdia entre todos. Cria-se uma ideia ou imagem de que no sistema democrático representativo os indivíduos agem em pleno desfrute de sua liberdade, e que, no limite, eles são as alavancas que impulsionam a democracia e as transformações sociais. O neoliberalismo, como prática e ideologia, ajuda a pavimentar a estrada que leva ao estabelecimento de uma guerra permanente, tal qual é a guerra híbrida (Leirner, 2020, p. 115).

Esta tese de Leirner encontra no terceiro capítulo da sua obra a essência do que quer dizer: a *cismogênese*. Do que se trata? Esta é uma tese extraída do pensador norte-americano Gregory Bateson da década de 1930, importante antropólogo e sociólogo. *Cismogênese* vem do grego *shisma* (fenda) e *genesis* (origem/criação). Literalmente significa “criação de divisão” (Cismogênese, 2024). No campo da antropologia social, cismogênese é um conceito que quer exprimir um processo de diferenciação nas normas de comportamento individual resultante da interação cumulativa entre indivíduos. Ou seja, há uma mudança progressiva no comportamento cultural dos grupos, em que muitos se submetem aos outros, rompendo com o esperado por um determinado tipo de padrão (Cismogênese, 2024).

As normas emocionais cotidianas ou o *ethos* de homens e mulheres impede que comportamentos que tendem a evoluir permaneçam sendo compreendidos como corretos. Acadêmicos militares dos EUA identificaram como a China e a Rússia perseguiram estratégias de cismogênese nas mídias sociais contra os EUA e outras democracias liberais ocidentais em uma tentativa de polarizar a sociedade civil em ambos os lados do espectro para prejudicar os processos de formulação de políticas e enfraquecer o poder estatal/militar (Leirner, 2020).

Outra característica fundamental para a compreensão da Guerra Híbrida é a denominação “liderança velada”, ou liderança por trás dos panos (Korybko, 2018, p. 35-37). Seria um tipo de guerra por procuração gerida pelos Estados Unidos através de assistência militar discreta, que “permite que os EUA terceirizem as operações de desestabilização para aliados regionais com ideias afins se o alvo for considerado muito caro ou politicamente sensível para os EUA perseguirem direta e unilateralmente (Korybko, 2018, p. 37). Este modelo é o novo sistema estratégico militar que os EUA estão utilizando para travar as Guerras Híbridas visando a ideia de Dominação do espectro total. Desta forma, conta com

líderes ‘procuradores’ regionais que favoreçam os objetivos geoestratégicos e geopolíticos dos EUA (Rodrigues, 2020, p. 148).

Segundo Leirner, criou-se uma “cismogênese” de discursos que impactam no comportamento concreto das pessoas, mediante mentiras e ideias conspiratórias, que geram na população uma espécie de incapacidade de digerir as várias narrativas discordantes (Leirner, 2020). Ao mesmo tempo que há uma disputa de identidades e narrativas, há também o aflorar irracional de emoções no espaço público, hoje “sacralizadas” por novas identidades religiosas (Leirner, 2020). Estas novas identidades emergentes, cuja característica é marcada mais propriamente por um “cristianismo de pertencimento” (Collin, 2022, p. 22-24) que por uma experiência de convicção, necessitam fazer a passagem para um âmbito mais pacífico e menos violento, onde a consciência bem formada se torna a referência.

Então, neste caso, a prática da cismogênese mediante narrativas se tornou, no contexto tecnológico, uma arma potente para “desresponsabilizar” os que devem cumprir o seu papel público e culpabilizador dos opositores pelo mal presente no tecido social. Talvez os pesquisadores da teologia e das ciências das religiões precisem investir tempo e reflexão para decodificar este fenômeno complexo que tende a se ampliar!

A tese de Leirner ainda está em andamento, pois ele escreveu sobre algo em construção e em evolução na sociedade hodierna brasileira. Ele de fato em sua obra faz uma alarmante constatação: há um certo grupo de militares, com operações psicológicas que visando a uma narrativa única, dissemina no tecido político e social essa guerra híbrida de anestesiamiento da consciência, modelando e influenciando comportamentos: eis a nova cismogênese! Há mais do que teologias e narrativas em batalha; há uma verdadeira guerra híbrida em curso que quer colonizar ódios e emoções rumo a uma dominação mais sutil e refinada.

A possibilidade de controle das subjetividades mediante relações de poder, isto é, técnicas que incidem no corpo, é um mecanismo complexo. Não é apenas o poder vigilante e controlador sobre o corpo — dispositivos de guerras —, mas o próprio saber e o desejo de controle se constituem numa espécie de tecnologia política do corpo. Há uma verdadeira biopolítica cujo escopo é governar os sujeitos, usando os seus dados expostos, discursos moralistas, inclusive o religioso, para assim sujeitar as pessoas para produzir mais e alienar-se de si mesmo (Foucault, 2005). Há então esta interação entre o capitalismo de vigilância, que é parasitário, e a guerra híbrida, que dissemina uma lógica de terror e de conspiração moral, ocasionando experiências religiosas destituídas do seu fim, que é a fraternidade, a construção do bem comum e da paz social.

A Guerra Híbrida coloca-se na grande estratégia no sistema internacional. Constitui o novo horizonte para a implementação de uma forma de poder eficaz. Não há Guerra Híbrida pura sem um eficiente e longo processo de cooptação de segmentos essenciais da elite local, mediante um capitalismo de vigilância eficiente e velado. Na América do Sul, e no Brasil, em particular, este mecanismo está em processo de racionalização concreta. Não deixa de ser uma forma de fragmentação e neutralização de um regime democrático consolidado com o objetivo de impor uma influência. Ela é planejada para corroer o papel do Estado. De fragmentados colapsos e desestabilização social, para uma eficácia econômica, via a vigilância, a Guerra Híbrida encontra-se em processo de imposição, também manipulando o poder religioso e as consciências dos sujeitos.

3. Capitalismo, guerra e violência no cotidiano brasileiro: desafios à reflexão teológico

Sabe-se que a religião possui uma potente capacidade de mobilizar consciências anestesiadas e adormecidas, seja para o bem ou para o mal. De sujeitos religiosos narcísicos a religiosos psicopatas, aparecem neste cenário de guerra híbrida com toda a sua influência, reivindicando um empoderamento político e influência junto às instâncias de poder. Tanto a tese de Zuboff como de Leirner, aparentemente “apocalípticas” e “fortes”, denunciam estruturas de poder sedimentadas nas esferas já do estado e do governo.

Vivemos hoje uma forma mais sofisticada do que se denominou de “as ideologias da barbárie” (Henry, 2012, p. 118-145). Cabe perguntar se esta nova fase de vigilância do capitalismo — dispositivo que afeta o consciente e o inconsciente — como também essa guerra híbrida, num novo formato de cismogênese, não usa do potencial religioso para expandir esta manobra sobre os sujeitos, disseminando notícias falsas e gerando um caos na consciência ética das pessoas e nas religiões (Santaella, 2019, p. 32). Deste modo, é possível falar em liberdade religiosa quando sujeitos “passivizados” mediante a vigilância e a invisível guerra híbrida propalam discursos irracionais de cunho de um sistema religioso?

Portanto, urge retomar, de forma atualizada, a distinção entre consciência mágica/intransitiva, a consciência crítica e a conscientização, própria do pensador brasileiro Paulo Freire (1975). Se do ponto de vista fenomenológico a consciência se caracteriza pela misteriosa e contraditória capacidade humana de distanciar-se das coisas para fazê-las presente de modo crítico e criativo, é possível dizer que este capitalismo de vigilância que penetra em nossas subjetividades ou as artimanhas da guerra híbrida não gera uma forma de opressão impossível de ser vencida?

Atualizando a visão freireana de intransitividade da consciência ou consciência mágica/intransitiva, pode-se dizer que o capitalismo de vigilância e a guerra híbrida em curso coloca cada vez mais a pessoa em condicionamentos que o torna impotente ou indisponível para ver a realidade de forma crítica. Neste horizonte, o sujeito permanece um “espectador” passivo, sem capacidade de se distanciar da lógica de massa, até porque sua constituição de rebeldia está neutralizada por uma força mais que a inteligência crítica e criativa (Freire, 1982). Contudo, para Freire, a consciência crítica é onde se dá propriamente o processo educativo, que para ele é um despertar crítico e dialogante com o mundo externo, mas se posicionando. Enquanto a consciência ingênua ou mágica tende ao gregarismo e à massificação, a crítica é o contexto reflexivo, amoroso e dialético onde se substitui as explicações mágicas e deterministas por uma interpretação mais abrangente da realidade (Freire, 1975).

Assim, num contexto de capitalismo de vigilância e uma guerra híbrida, ambas situações alarmantes e complexas em curso, do ponto de vista religioso e educacional, exige uma “conscientização de total atitude crítica e de reflexão”. Para Freire, toda experiência religiosa verdadeira dá-se num processo educacional eficaz que deveria expulsar a massificação e a alienação na condição de homens e mulheres (Freire, 2013). Uma certa “cultura do silêncio”, onde muitos são impedidos de dizer sua palavra, e neste caso, são silenciados da possibilidade de tomar consciência desta vigilância e da guerra líquida, impõe-se! Se em Freire esta cultura do desconhecimento e do silêncio impera mediante estruturas opressoras, gera-se a “acomodação” da consciência e do pensar ao *status quo*. É possível falar em liberdade — de qualquer tipo e no caso a religiosa — quando, na verdade, somos como que “mamolengos” ou “bonecos” nas mãos de uma lógica de vigilância total do que somos,

fazemos ou iremos fazer? É possível falar em liberdade religiosa — com uma fé esclarecida, uma espiritualidade profunda — quando, diante de uma guerra híbrida em curso, estamos imersos em uma política literalmente necrófila (necropolítica) onde narrativas de poder estão concentradas no governo e numa política de estado?

Num Brasil marcado pelo atraso e ignorância de uma elite (Souza, 2017) e por uma cultura capitalista global neoliberal (Frieden, 2008), há muito a ser feito no que tange a uma formação dos sujeitos, os novos nativos digitais. Se de um lado há o fim da utopia enquanto diretriz dos comportamentos dos novos sujeitos (Jacoby, 2001), há a oportunidade desafiante de superar as novas formas de conservadorismo e colonialismo presentes no imaginário digital (Silva, 2017).

Aos teólogos e cientistas da religião cabe a ardorosa tarefa de movimentar novos caminhos e possibilidades de diálogo (Küng, 1999) entre os novos atores sociais envolvidos na transformação social, sonhando a possibilidade de participação de todos na construção de uma justiça social, além de autoritarismos (Almeida, 2019, p. 357-382). Numa situação de pluralismo, surge o problema da posição que se deve tomar perante outros pontos de vista e outros comportamentos, partindo do pressuposto da não aceitação de uma perspectiva ética totalmente relativista ou cética.

No contexto brasileiro, cabe ao teólogo urgentemente retomar três critérios fundamentais para a cultura da paz, em detrimento da violência, com suas implicações morais. Estes critérios são referências para a formação da consciência no sentido de um contínuo despertar crítico e rigoroso diante de situações que tendem a impedir um florescimento do humano (Almeida, 2024, 210). É necessário, via um caminho educacional, cultivar estes critérios que são teológicos, em sua base fundacional, e, também, humanistas, pois defendem as vulnerabilidades dos sujeitos reféns de violências e conflitualidades.

Um primeiro critério ético de superação da violência dá-se numa profunda tomada de consciência diante de uma avassaladora situação de desrespeito e destruição do outro. Diante de uma imperativa cultura do “absoluto estranho” (Kehl, 2002, p. 23) presente hoje, é necessário resgatar uma salutar perspectiva de alteridade, cuja base bíblico-teológica é perceptível na longa tradição cristã, na qual o “rosto do outro” (Lévinas, 1997, p. 261) deveria ser uma categoria essencial para vencer a violência. O redespertar dessa perspectiva de valorização do outro é fruto de uma longa história, na qual o próprio outro foi esquecido, no horizonte de uma crise da civilização ocidental. Com este esquecimento da diferença, a identidade afirma-se em detrimento do outro.

Um segundo critério ético de superação da violência seria o da promoção da paz, uma constante na reflexão teológica. Discursos de ódio, fake news, polarizações extremadas, a diferença revoltante contra o outro favorecem um ambiente e comportamentos violentos. Impõe-se uma naturalização do mal e da violência, isto é, da intolerância, que apenas pode ocasionar mais divisão e distanciamento das pessoas entre si. É urgente reafirmar uma identidade-alteridade centrada na promoção da paz (Schio, 2011, p. 202).

O terceiro critério ético é propriamente o da inclusão. Se, com a redescoberta e a hospitalidade do outro, em sua condição de presença única, e a promoção da paz, criam-se um vínculo e a afirmação do específico cristão frente aos muros de intolerâncias, com a inclusão, propicia-se a possibilidade de ultrapassar uma espécie de “espiral do silêncio e da violência” (Noelle-Neumann, 2017). O tema da inclusão é, de certa forma, recente na

tradição ocidental. Ele emerge como um paradigma alternativo em meio ao grande paradigma tecnocrático e dominador da modernidade.

Considerações finais

Segundo Morin, “o problema do real é acreditarmos conhecê-lo bem quando, de fato, ele é muito mal conhecido” (2011, p. 135). No tema desdobrado neste capítulo, percebeu-se que o tema da violência e sua linguagem ou expressão comunicativa envolve a ética enquanto transformadora de comportamentos e costumes, toca propriamente o cotidiano das pessoas, o que é dito, no não dito e no que se propala midiaticamente.

O tema da violência, neste íterim, foi abordado na ótica do capitalismo de vigilância e da guerra híbrida. É possível compreender o fenômeno do que é dito, refletido e vivido no cotidiano brasileiro, dentro destas abordagens mais alargadas sobre o contexto global e particular em torno da violência. Enquanto o capitalismo de vigilância reflete uma nova fase do mercado e do sistema financeiro mundial, detentor do poderoso arcabouço tecnológico e informacional, a guerra híbrida é a própria transformação concreta do poder do Estado e sua própria apropriação de dispositivos sofisticados de mentira e ilusão de liberdade frente às novas formas de tirania.

Há uma nova forma de relacionamento entre as pessoas mediante o espetáculo e publicização do diferente como exótico, polarizando o contraditório, o oposto, e, não aceitando o diverso e até o contraditório. Há muitos de viver subterrâneos no grande ethos da convivência humana que necessitam ser desconstruídos e ressignificados, para que sobrevivência do humano com os outros seres seja salvaguardada.

No Brasil, particularmente, por ser a maior potência econômica e política latino-americana, há uma sutil e velada aplicação de Guerra Híbrida no sentido de tentar desestabilizar o seu apogeu econômico e sua hegemonia. O fato de a política externa brasileira ter assumido uma postura de multipolaridade e não de bipolaridade — apenas com os EUA — levou a uma constante tentativa de inviabilizar uma autonomia criativa. Assomase a isso o fato de a China ter se tornado um grande parceiro comercial não só do Brasil, mas de muitos países latino-americanos. Este emaranhado de perspectivas condicionou a grande potência mundial, os EUA, a criar mecanismos de controle que visam a vigilância informacional e certa instabilidade econômico-comercial.

O diagnóstico realizado por Zuboff, de que o capitalismo de vigilância altera as relações entre as pessoas, os comportamentos e a própria percepção sobre a verdade, identifica-se muito com a noção de guerra híbrida, analisada por Leirner. A grande problemática que emerge é a de que há um sentido de existência, onde se monetiza os dados adquiridos por meio de uma vigilância do desejo e do que é disponibilizada virtualmente. A guerra híbrida é propriamente este controle e vigilância das moralidades humanas e de seu possível desdobramento nas relações humanas, não mais mediante o uso de armas, mas da averiguação do que as pessoas pretensamente expõem nas redes sociais e no universo digital. Os autores em questão percebem que mediante a vigilância dos corpos, dos desejos, do exposto livremente nas plataformas digitais é possível acessar e controlar a realidade.

Ao pesquisador da religião e da teologia é desafiador ter que compreender o dito, o refletido e vivido sobre a violência como camada obscura do ethos e buscar na grande e

profunda tradição cristã elementos que iluminem a ortopraxis diante destas novas questões. Segundo Guimarães (2011, p. 273-276), para a violência ser superada e a convivência social se afirmar, é necessária uma alargada capacitação que perpassa alguns polos educativos, tais como: capacidade de contribuição para um consenso pela paz; capacidade de formar para a competência comunicativa; capacidade de criar comunidades ou redes de mútua tolerância; capacidade de oportunizar o diálogo e a expressão da palavra e, a capacidade de capacitar para a ação.

A teologia possui a tarefa de desmistificar as narrativas que podem criar formas de valores, não mais centrados no amor, na fraternidade, no perdão e no bem comum, mas na vigilância das pessoas, visando domesticá-las para a máxima produção. Discursividades centradas em conspirações, sensacionalismos, moralismos e fundamentalismos moralistas são formas simplificadas de recuperar o sentido em referências não solidificadas no essencial. A disseminação de uma violenta experiência religiosa — centrada numa abordagem hobbesiana de controle sobre as pessoas — encontra espaços em consciências formadas em contextos religiosos bélicos. No contexto do capitalismo de vigilância e de guerra híbrida, a religião também passa por uma nova forma de ressignificação e de transmissão de valores.

A reflexão teológica é o contexto em que deve haver criticidade e indicativos de esperança para a um mundo viável. É pela consciência que pode desdobrar uma dimensão de abertura a uma possibilidade de mudança. Sendo a máxima autoridade moral do sujeito, a consciência é o centro do humano, donde se pode educar, formar e humanizar a pessoa e, em consequência, se irradia para além da subjetividade. Uma teologia aberta a uma libertação e purificação das ideologias é necessária e urgente no contexto do capitalismo de vigilância e de guerra híbrida.

O fato de remontar-se ao educador brasileiro Paulo Freire como referência de educação transformadora emerge a categoria de consciência e de moralidade na interface com a religião. Aqui a teologia encontra a possibilidade de não apenas descortinar ideologias e discursos de controle, de poder e de submissão, mas principalmente perceber os dispositivos de vigilância. Uma postura crítica frente a este cenário real dinamiza os dados da fé, internalizados pela pessoa.

Assim, em meio ao influente capitalismo de vigilância e à guerra híbrida em progresso, exige-se ser crítico frente a esta realidade excludente e desumanizadora. A teologia e a prática eclesial são desafiadas na busca pela elevação da consciência das pessoas junto às estruturas de poder. Formar a consciência humana e cristã é a grande tarefa de qualquer teologia que se coloque como crítica e construtora de esperança. É necessária uma pedagogia que concilie a denúncia destas injustiças que cegam as pessoas frente ao cenário complexo com o anúncio de uma esperança possível e viável, catalisador das potencialidades humanas. Vencer a violência e seus mecanismos de domesticação contemporânea é uma das tarefas da teologia e dos saberes humanistas.

Referências

ALMEIDA, André L. Boccato de. Da indiferença narcisista à consciência social: repropoendo a alteridade de base cristã numa era globalizada. In: MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo (organizadores). **Ética teológica e direitos humanos**. Aparecida: Santuário, 2018, pp. 57-77.

ALMEIDA, André L. Boccato de **Moral Social**. Iniciação à Teologia. Petrópolis: Vozes, 2021.

ALMEIDA, André L. Boccato de; SILVA, Lúcia E. F. da; SOUZA, Marcelo Henrique de. O neoconservadorismo no movimento carismático católico brasileiro e a resistência ao Concílio Vaticano II: uma análise sociorreligiosa da linguagem. In: **Estudos de Religião**, v. 37, n. 1, p. 197-216, Jan.-Abr. 2023.

ALMEIDA, André Luiz Boccato de. Por uma ética da intolerância em tempos de intolerância. Uma reflexão ético-teológica a partir da fronteira do diálogo. In: COELHO, Mário Marcelo; MARTINS, Alexandre Andrade; SOUZA, Moésio Pereira; FRECHEIRAS, Marta Luzie de Oliveira; ALMEIDA, André L. B. de (orgs.). **Cruzar fronteiras**. Uma urgência para a ética teológica. Aparecida: Santuário, 2022, p. 81-100.

ALMEIDA, André L. Boccato de. Sonhar a teologia moral ao alcance do povo. In: ANJOS, Márcio Fabri dos; ZACHARIAS, Ronaldo (organizadores). **Ética entre poder e autoridade**. Perspectivas de teologia cristã. Aparecida: Santuário, 2019, p. 357-382.

ALMEIDA, André L. Boccato de. **A teologia da consciência**. Um diálogo pela educação, formação e humanização a partir de uma reflexão freireana. São Paulo: Pluralidades, 2024.
ALVES, Benno W.; MACEDO, Bruno V. de; ROAHNY, Lucas. O que é “guerra híbrida”? Notas para o estudo de formas complexas de interferência externa. In: **Rev. Bras. Est. Def.**, v. 9, n. 1, jan./jun., 2022, p. 229-254. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75282/42168>. Acesso em 26 Agosto 2024.

ANTUNES, Thiago H. C. S.; LIMA, Everton S. O modelo de guerra de 4ª geração e guerra híbrida na Ucrânia do começo do século XXI. In: **Brazilian Journal of International Relations**, v. 11, n. 3, 2022, edição quadrimestral, p. 451-467. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12573/12447>. Acesso em: 25 Agosto 2024.

ARRUDA, R. E. Sistemas algorítmicos e governamentalidade: perspectivas da sociedade de controle e capitalismo de vigilância. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER**, 12., DEVIRES DA CIBERCULTURA: POLÍTICAS E PRÁTICAS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 23 a 25 de julho de 2019.

CISMOGÊNESE. In: <https://stringfixer.com/pt/Schismogenesis>. Acesso dia 27.09.2021 (sem autor).

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COLLIN, Dominique. **O cristianismo ainda não existe**. Entre projetos inexistentes e a prática do Evangelho. Petrópolis: Vozes, 2022.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2020.

FIORI, José Luis. Ética cultura e guerra infinita. In: FIORI, José Luis (org.). **Sobre a guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 397-404.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 7º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo global**. História econômica e política do século XX. Rio de Janeiro, 2008.

HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro**. Sociedade, percepção e comunicação hoje. São Paulo: Vozes, 2022.

HENRY, Michel. **A Barbárie**. São Paulo: Realizações editora, 2012. (Coleção Abertura Cultural).

GUIMARÃES, Irineu Rezende In: CESCÓN, Everaldo; NODARI, Paulo César (orgs.). **Filosofia, ética e educação**. Por uma cultura da paz. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 249-277

JACOBY, Russell. **O fim da utopia**. Política e cultura na era da apatia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JÚNIOR, Wilson R. Veronez; MIRA, Bianca S. de; JÚNIOR, Edmilson A. dos S. MARTÍNEZ-ÁVILA. O capitalismo de vigilância informacional no contexto da ciência da informação. In: **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, jan-abril 2022, p. 181-193. Acesso em 26.ago.2024. Disponível em: https://www.google.com/search?q=capitalismo+de+vigil%C3%A2ncia&rlz=1C5CHFAenBR1088BR1088&oq=capitalismo+de+vigil%C3%A2ncia+&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIMCAEQIxnGIAEGIoFMhAIAhAAGIMBGLEdGMkDGIAEMg0IAXAAGIMBGLEdGIAEMg0IBBAAGJIDGIAEGIoFMgYIBRBFgdwyBggGEEUYPDI GCAcQRRg80gEINTQzM2owajeoAgiwAgE&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 25 agosto 2024.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
KOERNER, Andrei. **Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática**. Resenha do livro. In: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/3RSTj7mCYh6YcHRnM8QZcYD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso dia 08.06.2023.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho**. Fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LESSA, S. Lukács, trabalho e classes sociais. In: COSTA, G; ALCÂNTARA, N. (orgs.). **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto, Lukács, 2014.

LÉVINAS, Emmanuel. **Descobrimo a existência com Husserl e Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LYON, David. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância**. Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 151-179.

MARTINS, Karina O.; JUNIOR, Fernando L. Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. In: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202018000200004. Acesso em: 14 out. 2024.

MONTOYA, A. N. **Educación y comunicación: del capitalismo informacional al capitalismo cultural**. Universidad Pedagógica Nacional, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/dcs-upn/20151022043743/edu.pdf>. Acesso em: 26 de agosto 2024.

MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo?** Ensaio sobre o destino da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.

NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. **A espiral do silêncio: opinião pública. Nosso tecido social**. Estudos Nacionais, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violência**. Disponível em: www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/injuries-and-violence. Acesso em: 14 out. 2024.

RODRIGUES, Bernardo S. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. In: **Rev. Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2020, p. 139-168. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/31949/pdf>. Acesso em 26 Agosto 2024.

SANTAELLA, Lucia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SCHIO, Sônia Maria. Hannah Arendt e a questão da paz. In: CESCÓN, Everaldo; NODARI, Paulo César (orgs.). **Filosofia, ética e educação**. Por uma cultura da paz. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 201-217.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**. A abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Cleonilton da S. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. In: **Germinal**. Marxismo e educação em debate, Salvador, v. 15, n. 2, p. 689-695, ago. 2023. Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51058/29965. Acesso em 14 out. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática**. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021 (versão e-book digital).

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. In: **Journal of Information Technology**, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5581513/mod_resource/content/1/ZUBOFF%2C%20Shoshana.pdf. Acesso em 26 agosto de 2024.

Recebido em 30/08/2024

Aceito em 04/12/2024